

Obstrução preocupa o governo

Hermano Alves

O governo José Sarney enfrenta sérios problemas no Congresso Nacional para dar andamento rápido às providências que julga essenciais mas que não sensibilizam a maioria dos senadores e deputados. O líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG) na Câmara dos Deputados advertiu que, sem o chamado voto de liderança e sem a contrapartida de um **quorum** para a aprovação das medidas governamentais, poderá até mesmo recorrer-se ao decurso de prazo, muito usado pelas recentes administrações militaristas.

A advertência não foi vista como ameaça por parte dos deputados por vários motivos. Em primeiro lugar, eles acham que o governo não se atreveria a usar um recurso ditatorial (sobretudo depois que o presidente José Sarney comprometeu-se a não promulgar decretos-leis) que logo provocaria as reações dos segmentos da sociedade que, a cada dia que passa, mais se empenham no reexame do passado, na crítica do presente e na perspectiva do futuro, ou sejam os meios de comunicação de massa.

Em segundo lugar, os deputados — na generalidade, uma vez que há notáveis exceções — sabem que, em dados

momentos, podem desencadear rebeliões ou motins parlamentares. Não há mais a fidelidade partidária com disciplina vertical rígida. A primeira votação da lei eleitoral demonstrou que as lideranças já não podem controlar as bancadas. E os líderes tornaram-se alvos de críticas e ataques de toda a espécie quando aprovaram, com voto privilegiado, o projeto Sulbrasilero-Habitassul, que resultará de uma pressão desencadeada por investidores gaúchos com o apoio maciço de todos os deputados do Rio Grande do Sul, independentemente das legendas partidárias.

Finalmente, os deputados sabem que, por enquanto, os líderes dependem deles. E estão em negociação permanente com as lideranças nacionais, parlamentares e regionais, uma vez que o processo de preenchimento de cargos públicos ainda não terminou. Ao contrário, deverá prolongar-se durante os próximos três ou quatro meses, intensificando-se à medida em que se aproximam as eleições de novembro para as capitais, as estâncias hidrominerais e os antigos municípios de segurança nacional.

Estima-se que ainda há quase 1000 funcionários de alto nível (segundo, terceiro e quarto escalões) a serem in-

dicados, no plano federal. Há modificações que ocorrem no âmbito estadual. E, na administração nacional, ao longo de todo o País, a cifra prevista é superior a 30.000. Há diretores, adjuntos, professores, coletores, assistentes, assessores e milhares de funcionários mais humildes que, sobretudo nas áreas economicamente deprimidas, têm grande importância.

Os políticos estão a agir com vistas não só ao pleito de novembro mas também calculando o que pode ocorrer em 1986, quando será eleita a Assembleia Nacional Constituinte e houver a escolha dos novos governos e câmaras estaduais e municipais. Julgam que pela primeira vez na história do Brasil o movimento sindical, tanto urbano quanto rural, será capaz de levantar recursos financeiros para uma campanha eleitoral em favor dos seus candidatos.

Por outro lado, consideram ser inevitável, que a indústria, o comércio, o capital financeiro e as associações de proprietários de terras organizem mecanismos sofisticados de financiamento de candidatos que se disponham a defender os seus interesses. Já prevendo tal situação, os políticos correm a garantir pontos de apoio na máquina do estado,

preservando o que já tem, como fazem a dissidência do PDS e/ou a Frente Liberal, ou obtendo o que não tinham como ocorre com o PMDB e até com o PDT, o PT e o PTB.

Há um grande temor das próximas eleições, em 1985 e 86. Não só os analfabetos votarão e o cadastro eleitoral será revisto em profundidade para evitar fraudes, como devem surgir novos candidatos que, no regime anterior, buscariam outras carreiras. Também espera-se que os meios de comunicação de massa, em particular a televisão e o rádio, desempenhem um papel decisivo nos pleitos — o que logo se poderá aferir no mês de novembro. Para os políticos que foram eleitos sob a égide da lei Falcão, que os privava da exposição dos seus pontos de vistas (ou, em muitos casos, dispensava), a conversa será outra. Isto explica que, ao lado de previsões sobre a rejeição de 50 por cento dos atuais mandatários, haja sugestões mais pessimistas que elevam a cifra para 70 por cento. E explica ainda por que os políticos hoje vendem caro o seu apoio ao governo e por que alguns deles — à direita como à esquerda e em especial no PMDB — vivem ameaçando rebelar-se contra o governo, e partido ou contra Ulysses Guimarães.